

Há imagens que dispensam qualquer legenda. Corpos exaustos, homens, mulheres e jovens que enfrentam o mar a nado entre Marrocos e Ceuta, desafiando correntes, frio, cansaço e o medo da morte, representam uma das expressões mais dramáticas da mobilidade humana contemporânea. Ninguém escolhe o mar como caminho quando todas as outras portas parecem permanecer fechadas. E talvez seja precisamente aqui que começa a reflexão: o que leva alguém a considerar que arriscar a própria vida no mar pode ser preferível a permanecer no lugar onde nasceu?

A migração irregular continua a desafiar governos, instituições internacionais e a própria consciência coletiva europeia. Ceuta e Melilla, territórios espanhóis situados no norte de África, transformaram-se, ao longo dos anos, em símbolos de uma fronteira onde esperança e desespero coexistem diariamente. A proximidade geográfica entre África e Europa contrasta com diferenças económicas, sociais e laborais profundas. Poucos quilómetros podem separar dois territórios, mas as expectativas de futuro que lhes estão associadas podem ser incomparavelmente diferentes.

Os acontecimentos recentes em Ceuta tornaram esta realidade ainda mais visível. No final de julho de 2026, dezenas de milhares de pessoas tentaram entrar no território espanhol, muitas delas pelo mar, numa movimentação de dimensão excecional. As autoridades espanholas contabilizaram cerca de 72 mil entradas ou tentativas no contexto desta crise, tendo muitas pessoas regressado posteriormente a Marrocos. O episódio provocou igualmente dezenas de mortes, sobretudo por afogamento, demonstrando novamente como uma fronteira pode transformar-se, em poucas horas, num palco de emergência humanitária.

Mas reduzir estas pessoas a números seria talvez a primeira injustiça. Por detrás de cada travessia existe uma história, uma família, um percurso e uma decisão que dificilmente terá sido tomada com ligeireza. Existem jovens que procuram trabalho, pessoas que tentam escapar à pobreza, indivíduos que fogem da violência e outros que acreditam simplesmente que a Europa lhes poderá oferecer uma oportunidade que não encontram no seu país.

As razões desta realidade são profundas. A pobreza, o desemprego, os conflitos, as alterações climáticas, a instabilidade política, as desigualdades territoriais e a procura de melhores oportunidades continuam a alimentar movimentos migratórios cada vez mais complexos. O Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados revelou, em 2025, que no final de 2024 existiam cerca de 123,2 milhões de pessoas deslocadas à força em todo

o mundo devido a perseguições, conflitos, violência, violações dos direitos humanos e perturbações graves da ordem pública (UNHCR, 2025).

Os dados mais recentes mostram que a dimensão do problema permanece extraordinária. No final de 2025 existiam 41,6 milhões de refugiados e cerca de 9 milhões de requerentes de asilo a aguardar decisão, para além de dezenas de milhões de deslocados internos (UNHCR, 2026). Estes números não significam que todas as pessoas que chegam a Ceuta sejam refugiadas, porque migração económica, asilo e deslocação forçada correspondem a realidades juridicamente distintas. Demonstram, contudo, um mundo profundamente marcado pela mobilidade humana e por desigualdades que continuam a empurrar pessoas para além das fronteiras.

Por outro lado, a União Europeia enfrenta um dos maiores desafios da sua história recente: proteger as suas fronteiras externas sem comprometer os princípios fundamentais da dignidade humana e dos direitos humanos. A European Union Agency for Asylum (EUAA, 2025) tem defendido respostas mais coordenadas, harmonizadas e sustentáveis entre os Estados europeus. O Asylum Report 2025 mostra, por exemplo, que cinco países: Alemanha, Espanha, Itália, França e Grécia receberam quase quatro quintos de todos os pedidos de asilo apresentados na UE+ em 2024.

A questão migratória é, portanto, também uma questão de gestão. Quando milhares de pessoas chegam num curto espaço de tempo, é necessário mobilizar forças de segurança, serviços de emergência, unidades de saúde, proteção civil, estruturas de acolhimento, assistência social e mecanismos administrativos. É necessário organizar respostas, distribuir recursos, proteger menores, identificar pessoas vulneráveis e garantir procedimentos juridicamente adequados. Uma emergência migratória evidencia rapidamente a capacidade, ou a insuficiência, dos sistemas de gestão pública.

Existe igualmente uma componente financeira impossível de ignorar. A resposta à migração implica recursos públicos: salvamento marítimo, policiamento, assistência médica, alojamento, alimentação, procedimentos de asilo, proteção de menores e integração. Não se trata de argumentar que uma vida humana deve ser reduzida ao seu custo económico, mas de reconhecer que políticas públicas responsáveis precisam de financiamento, planeamento e capacidade operacional. A boa gestão financeira permite precisamente que a dimensão humanitária seja concretizada através de respostas sustentáveis, em vez de permanecer

apenas como intenção política.

Os acontecimentos de Ceuta demonstram ainda que o fenómeno migratório contemporâneo adquiriu novas características. As redes sociais podem transformar rumores em movimentos coletivos de enorme dimensão. Informações falsas ou descontextualizadas sobre alegadas facilidades de entrada em Espanha circularam rapidamente e terão contribuído para incentivar milhares de pessoas a dirigirem-se à fronteira. A Reuters relatou que muitos migrantes foram influenciados por conteúdos virais que transmitiam a ideia de que a fronteira estaria acessível ou de que determinadas decisões espanholas lhes permitiriam permanecer no território.

Esta realidade coloca um novo desafio aos governos: já não basta gerir a fronteira física; é necessário compreender também a fronteira digital. A desinformação pode alterar comportamentos, gerar expectativas falsas e colocar vidas em risco. Por isso, uma política migratória moderna deverá integrar comunicação institucional rápida, literacia digital, cooperação internacional e acompanhamento das dinâmicas das plataformas digitais.

Importa igualmente reconhecer que a migração irregular constitui terreno fértil para redes criminosas de tráfico e auxílio à imigração clandestina. Onde existe desespero, há frequentemente quem esteja disposto a explorá-lo. Pessoas vulneráveis podem ser persuadidas a entregar as suas economias, endividar famílias ou aceitar viagens extremamente perigosas mediante a promessa de chegada à Europa. A esperança transforma-se, assim, numa mercadoria.

É justamente neste ponto que segurança e humanidade deixam de ser conceitos opostos. Combater redes criminosas, impedir o tráfico de seres humanos e controlar as fronteiras é também proteger pessoas. Ao mesmo tempo, uma política exclusivamente centrada em barreiras físicas dificilmente eliminará as razões que levam alguém a tentar atravessá-las.

A questão central permanece: estaremos perante um problema de segurança ou perante uma crise humanitária? A resposta dificilmente poderá ser apenas uma. Estamos perante ambas as dimensões. Existem fronteiras que necessitam de ser geridas e leis que precisam de ser cumpridas, mas existem igualmente vidas humanas que têm de ser protegidas.

O Asylum Report 2026 da EUAA demonstra que os sistemas europeus de proteção internacional continuam a atravessar transformações importantes, procurando conciliar

eficácia, responsabilidade partilhada e proteção dos direitos fundamentais (EUAA, 2026). Uma resposta sustentável exige, portanto, cooperação entre Estados-Membros, diálogo com os países de origem e trânsito e políticas capazes de distinguir situações diferentes: refugiados, requerentes de asilo, menores não acompanhados, vítimas de tráfico e migrantes económicos.

Também a cooperação entre Espanha e Marrocos se revelou essencial durante a recente crise. Marrocos manifestou disponibilidade para colaborar na identificação e eventual regresso de menores não acompanhados, enquanto a União Europeia voltou a discutir a necessidade de aprofundar a cooperação com o país na gestão dos fluxos migratórios.

Contudo, gerir as consequências nunca será suficiente se continuarmos a ignorar as causas. O UNHCR (2026) salienta que conflitos, violência, perseguição, instabilidade económica e choques climáticos continuaram, durante 2025, a aprofundar as necessidades de milhões de pessoas. Simultaneamente, a organização enfrentou uma redução significativa dos recursos financeiros disponíveis para responder a estas necessidades. Esta circunstância demonstra uma realidade paradoxal: as necessidades permanecem enormes precisamente quando os recursos destinados às respostas humanitárias se tornam mais limitados.

Investir nos países de origem, promover educação, emprego, empreendedorismo, estabilidade institucional e desenvolvimento sustentável não eliminará toda a migração, nem deveria ser esse o objetivo, mas poderá reduzir as situações em que migrar deixa de ser uma escolha e se transforma numa necessidade desesperada. A gestão financeira internacional deve, portanto, ser encarada também numa lógica preventiva. Financiar desenvolvimento e oportunidades pode revelar-se mais sustentável do que gerir indefinidamente emergências nas fronteiras.

Cada pessoa que entra no mar representa muito mais do que um número numa estatística. Representa uma história que poderia terminar de outra forma, uma família que espera, alguém que acredita existir uma vida possível do outro lado. Em agosto de 2026, as autoridades de Ceuta continuavam a tentar identificar dezenas de vítimas recuperadas do mar através de impressões digitais e ADN, enquanto famílias procuravam respostas sobre os seus desaparecidos.

É impossível permanecer indiferente perante esta realidade.

Uma Europa que defende a dignidade humana não pode abandonar o controlo das suas fronteiras, mas também não pode permitir que a proteção dessas fronteiras signifique indiferença perante a morte. A solução deverá situar-se num equilíbrio difícil, mas indispensável, entre segurança, legalidade, solidariedade, responsabilidade financeira e humanidade.

Enquanto persistirem profundas desigualdades entre continentes, o Mediterrâneo e as águas que rodeiam Ceuta continuarão a ser procurados por aqueles que acreditam que a outra margem representa uma possibilidade de futuro.

Talvez, por isso, a verdadeira pergunta não seja por que atravessam o mar a nado. A verdadeira pergunta é por que continuam a existir tantas razões para que alguém esteja disposto a fazê-lo.

E enquanto não conseguirmos responder a esta pergunta através do desenvolvimento, da cooperação, da boa gestão e da criação de oportunidades, continuaremos a contar chegadas, resgates e mortes. Porque nenhuma fronteira é verdadeiramente segura quando, do outro lado, o desespero continua a ser maior do que o medo do mar.

Referências Bibliográficas

European Union Agency for Asylum. (2025). Asylum report 2025. EUAA. ([European Union Agency for Asylum](#))

European Union Agency for Asylum. (2026). Asylum report 2026. EUAA. ([European Union Agency for Asylum](#))

United Nations High Commissioner for Refugees. (2025). Global trends 2024. UNHCR. ([UNHCR](#))

United Nations High Commissioner for Refugees. (2026). Global trends 2025. UNHCR. ([UNHCR](#))

United Nations High Commissioner for Refugees. (2026). Global report 2025. UNHCR. ([UNHCR](#))

Reuters. (2026, August 6). Morocco ready to cooperate on return of minors from Spain, state media says. Reuters. ([Reuters](#))

Reuters. (2026, August 7). Spain plans burials, seeks identities of those killed in Ceuta migrant rush. Reuters. ([Reuters](#))